



Ministério Público Eleitoral
Procuradoria Regional Eleitoral na Paraíba

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) PRESIDENTE DO TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DA PARAÍBA**

Ref.: Procedimento n.º: 1.24.000.000357/2018-38

A **PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL**, por seu órgão infra-assinado, vem à presença de Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 127, 14, § 9º, 5º, incisos XXXV e LV, e 37, todos da Constituição Federal, nos artigos 72 e 77 da LC n.º 75/93, nos artigos 497 e 300 do Código de Processo Civil, e no § 4º do art. 73 da Lei n.º 9.504/97, propor

AÇÃO INIBITÓRIA

com pedido de tutela de urgência liminar

em face de:

1) ESTADO DA PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 08.778.250/0001-69, representada pelo Procurador-Geral do Estado da Paraíba, podendo ser encontrado na Procuradoria-Geral do Estado, na Rua João Machado, n.º 394, Centro, João Pessoa/PB;

2) RICARDO VIEIRA COUTINHO, brasileiro, CPF n.º – governador do Estado da Paraíba, podendo ser encontrado na Praça João Pessoa, s/n, Centro, João Pessoa/PB, CEP 58.013-140; e

3) JOÃO AZEVEDO LINS FILHO, brasileiro, CPF n.º

secretário de Estado de Infraestrutura, Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia, podendo ser encontrado na Av. Ministro José Américo de Almeida, s/n, Prédio do DER, Torre, João Pessoa/PB, CEP 58.013-280;

ante as razões de fato e de direito a seguir articuladas:

I – DOS ILÍCITOS ELEITORAIS

Foi noticiado pelo governo do Estado da Paraíba, em seu sítio eletrônico oficial, o início das plenárias do Orçamento Democrático de 2018, programa voltado a incentivar a população paraibana a participar das decisões do governo estadual sobre a melhor forma de aplicação do dinheiro público em obras e serviços¹.

Ainda sobre o seu objetivo, matéria publicada na rede social Facebook², perfil mantido pelo programa Empreender Paraíba, destaca que as audiências públicas têm por finalidade reunir *“as populações das regiões para dialogar diretamente com o governador Ricardo Coutinho e toda a equipe de governo sobre as prioridades de investimentos do Governo do Estado”*.

Segundo se observa das matérias publicadas no *site* oficial, durante o Orçamento Democrático são realizadas inaugurações, entregas de benefícios diversos à população, assinaturas de ordens de serviços e a concessão de créditos para incentivo do empreendedorismo na Paraíba.

No que diz respeito ao programa Empreender, responsável pela liberação de centenas de créditos em âmbito estadual, é possível extrair da postagem acima mencionada que *“O Empreender Paraíba participará das 17 plenárias beneficiando cerca de 1.800 empreendedores em 73 municípios por meio de assinatura de contratos”* no ano de 2018.

Com relação ao ano de 2017, não é possível identificar se o Empreender participou de todo o ciclo do Orçamento Democrático, em 17 municípios, mas foram encontrados registros nas cidades de Patos, João Pessoa, Solânea, Cuité, Esperança, Pombal e Rio Tinto³.

1 Informação retirada do site www.paraiba.pb.gov.br/odestadual

2 Arquivo: “Empreender -Facebook”

3 O ciclo do ODE 2017 previa 17 audiências públicas nas 14 regiões geoadministrativas do Estado.

Fontes:

<http://paraiba.pb.gov.br/vice-governadora-participa-do-orcamento-democratico-em-patos-entrega-equipamentos-e-beneficios-para-a-regiao/>

<http://paraiba.pb.gov.br/ricardo-comemora-audiencia-em-joao-pessoa-e-institucionaliza-o-orcamento-democratico-estadual/>
<http://www.paraiba.com.br/2017/04/29/76888-orcamento-democratico-estadual-reune-mais-de-2-mil-pessoas-em-solanea>

De acordo com o cronograma divulgado pelo governo do Estado⁴, o ciclo do Orçamento Democrático 2018 teve seu início antecipado para o presente mês de fevereiro, diferentemente de 2016, que se iniciou em 17.03.2016, com término em 28.05.2016⁵, e de 2017, que se iniciou em 07.04.2017 e terminou em 03.06.2017⁶.

Destaca-se que, além da distribuição de benefícios e inaugurações durante os eventos, o Orçamento Democrático 2018 terá a presença do programa Empreender Paraíba em suas 17 plenárias. Segue calendário divulgado⁷:

- 01/02 às 19h – Itaporanga (Ginásio “O Madrugão”)
- 02/02 às 19h – Sousa (Ginásio da UFCG – BR 230)
- 03/02 às 16h – Cajazeiras (Escola Técnica Estadual)
- 23/02 às 19h – Catolé do Rocha (Colégio Normal Francisca Mendes)
- 24/02 às 16h – Pombal (Escola Arruda Câmara)
- 26/02 às 19h – Princesa Isabel (Escola Mun. Carlos Alberto)
- 27/02 às 19h – Patos (Ginásio “O Gelão”)
- 09/03 às 19h – Taperoá (Ginásio Estadual – Centro)
- 10/03 às 16h – Sumé (Escola Profº José G. de Queiroz)
- 12/03 às 19h – Itabaiana (Escola Dr. Antônio B. Santiago)
- 13/03 às 19h – Esperança (Ginásio “O Ninão”)
- 23/03 às 19h – Campina Grande (Escola Nenzinha Cunha Lima)
- 24/03 às 16h – João Pessoa (Espaço Cultural)

<https://paraibaonline.com.br/2017/05/governador-participa-do-ode-em-cuite-e-entrega-varios-beneficios/>
<http://www.blogdogordinho.com.br/ricardo-abre-plenaria-do-orcamento-democratico-em-esperanca/>
<http://paraiba.pb.gov.br/ricardo-assina-convenios-libera-creditos-do-empreender-e-entrega-equipamentos-para-educacao-e-bombeiros/>

<http://pbvale.com.br/noticias/populacao-participa-de-lancamento-do-odm-de-rio-tinto/>

4 Fonte: <http://paraiba.pb.gov.br/empreender-pb-participa-do-orcamento-democratico-com-assinatura-de-contratos/>

<http://www.paraiba.pb.gov.br/odestadual/agenda>

5 Arquivo: Ricardo lança em Cajazeiras Orçamento - <http://www.jornaldaparaiba.com.br>

Arquivo: Governo lança ciclo 2016 do Orçamento - http://auniaio.pb.gov.br_noticias_c

<http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/ricardo-lanca-em-cajazeiras-orcamento-democratico.html>

6 Arquivo: Governo da Paraíba - http://paraiba.pb.gov.br_ricardo-l-2017

<http://paraiba.pb.gov.br/ricardo-lanca-ciclo-do-orcamento-democratico-2017-nesta-sexta-feira/>

7 Arquivos: Orçamento Democrático Estadual; Orçamento Democrático Estad_ - http://www.paraiba.pb.gov.br_odestadual_agenda

13/04 às 19h – Solânea (Ginásio Aduino Pereira Silva)

14/04 às 16h – Cuité (Ginásio Waldemir Alves de Lima)

18/04 às 19h – Guarabira (Ginásio José Soares “O Português”)

19/04 às 19h – Mamanguape (Ginásio da Escola Técnica)

Conforme se observa do cronograma acima, já foram realizadas 03 etapas do Orçamento Democrático 2018 promovido pelo governo do Estado da Paraíba, **atividade que não se discute, haja vista a sua formatação e o fim a que se propõe.**

De acordo com as matérias divulgadas pela imprensa oficial do governo, o que foi repercutido pela imprensa paraibana, a edição do Orçamento Democrático 2018, considerando apenas as 03 etapas já realizadas, serviu para a assinatura de ordens de serviço (ex: construção do Ciretran de Cajazeiras e de uma escola em Boa Ventura)⁸, a entrega de materiais representando investimentos na área de educação e a liberação de crédito dentro do programa de incentivo ao empreendedorismo, o Empreender, no total de R\$ 1.941.000,00 (um milhão e novecentos e quarenta e um mil reais) em créditos para 293 de empreendedores nas regiões das plenárias já realizadas⁹.

Nos arquivos em anexo é possível perceber que a atividade oficialmente promovida contou com a presença dos secretários de Estado e de outras autoridades do cenário político paraibano, além da ampla divulgação na mídia e a participação da população, o que demonstra uma ampla divulgação, repercutindo em toda a Paraíba.

Em que pese a finalidade do Orçamento Democrático, como acima destacado, constata-se a partir dos eventos realizados em Itaporanga, em Sousa e em Cajazeiras, além de um ato realizado em dezembro de 2017, a utilização dos programas institucionais para repassar uma mensagem de necessidade de continuidade administrativa, contando com a presença direta do Sr. JOÃO AZEVEDO, secretário de Estado de Infraestrutura, Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia, e, segundo amplamente noticiado, pré-candidato ao cargo de governador do Estado da Paraíba na eleição vindoura apoiado pelo atual governador. Vejamos.

No dia 16 de dezembro de 2017, o governador do Estado da Paraíba,

⁸ Arquivo: “Ricardo assina OS e Cajazeiras vai ga_ - <https://paraibaja.com.br/ricardo-a/>”

⁹ Arquivo: “Governo da paraíba_ - <http://paraiba.pb.gov.br/empreende/>”

segundo noticiado em um portal de notícias^{10 11}, teria, durante evento de liberação de cerca de R\$ 6,6 milhões em crédito para cerca de mil empreendedores, e na presença do Sr. JOÃO AZEVEDO, destacado a necessidade de continuidade do projeto implantado e executado pelo seu governo.

Analisando o áudio¹² do evento, percebe-se a seguinte fala do governador¹³:

Áudio - 04'06'': (...) E em 2019, se Deus quiser, vai ter outro companheiro, outra pessoa, meus queridos companheiros, meu querido João Azevedo, no meu lugar, para poder tocar esse projeto e, ao mesmo tempo, continuar fazendo as coisas boas, positivas, que o povo precisa.

De fato, trata-se de evento oficial realizado ainda no ano de 2017, em dezembro, o que poderia trazer questionamentos acerca do seu potencial de afetar o bem jurídico tutelado, qual seja, a normalidade, a legitimidade e o equilíbrio entre os atores envolvidos no processo eleitoral. De outro lado, esse evento isoladamente não é suficiente para fazer a vinculação direta com JOÃO AZEVEDO.

No entanto, a tentativa de se colocar em evidência a pessoa do secretário de Estado de Infraestrutura, Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia, JOÃO AZEVEDO, como sendo a pessoa ideal para a continuidade das realizações promovidas pelo governo do Estado da Paraíba, está sendo observada durante o Orçamento Democrático de 2018, representando, portanto, desvio de finalidade no uso de programas institucionais e da própria estrutura da Administração Pública Estadual.

Durante a atividade realizada em Itaporanga/PB, no dia 01.02.2018, coube ao secretário de Estado JOÃO AZEVEDO apresentar as realizações da atual administração pública estadual¹⁴, mesmo com a presença dos titulares de outras pastas e do próprio governador.

Áudio - 24'22'': (...) Então, companheiros, sejam muito bem-vindos ao OD. O OD é do povo. O OD não é do governador. O OD pertence à Paraíba, pertence ao povo, e cabe a vocês [inaudível] que ninguém possa derrubar o orçamento democrático. Essa é a tarefa do povo e vocês sabem como fazer.

10 Fonte: <http://www.politicaetc.com.br/2017/12/audio-impressao-ou-ricardo-pediu-voto-para-joao-azevedo-na-entrega-do-empreender/>

11 Arquivo: "ÁUDIO Impressão, ou Ricardo pediu vo_ - http://www.politicaetc.com.br_2017"

12 **A MARCAÇÃO DO TEMPO DE TODOS OS ÁUDIOS CONSTANTES DESTA INICIAL FOI FEITA A PARTIR DE REPRODUÇÃO UTILIZANDO O APLICATIVO VLC MEDIA PLAYER**

13 Arquivo: Discurso Ricardo Coutinho entrega do Empreender

14 Arquivo: ODEItaporanga-sem-ruído

Eu passo a palavra para João Azevedo, que ele vai apresentar, em linhas gerais, o estado do Estado.

Fala de JOÃO AZEVEDO:

Áudio - 25'34": (...) João Azevedo faz apresentação sobre o ODE até 48'18".

Áudio - 27'32": (...) O ano passado, quando nós fizemos aqui a reunião, houve uma definição de prioridades, Educação, Saúde e Infraestrutura. E como nós fazemos todos os anos, fazemos uma pequena prestação de contas de tudo que aconteceu nesse período.

EDUCAÇÃO

Áudio - 27'49": (...) Na área da Educação, esse governo já investiu R\$ 1 bilhão e R\$ 21 milhões, no período de 2011 a 2017 e é importante lembrar que no período de 2003 a 2010, sete anos também, antes do nosso governo, somente R\$ 156 milhões foram investidos (...) até 32'45"

SAÚDE

Áudio - 32'46": (...) Na área de Saúde, 220 milhões de reais investidos no custeio, no custeio, nesses 7 anos, desses 4 hospitais que atendem a população. R\$ 220 milhões de custeio (...) até 37'00"

INFRAESTRUTURA

Áudio - 35'26": (...) Na área de Infraestrutura foram 32 milhões em obras espalhadas aqui nessa região (...) até 42'38".

EMPREENDER

Áudio - 42'39": (...) E aí, o desenvolvimento econômico na região, 2 milhões de créditos do Empreender, atuando exatamente na microeconomia. Muitas vezes pessoas que sequer acessam o banco. E é com muita felicidade que eu vi hoje, aqui, um cidadão que é médico, recebendo o Empreender para investir numa policlínica. Vejam a que ponto nós estamos chegando, o alcance que está chegando o Empreender. Está saindo um pouco, talvez até da micro, mas chegando na média economia, para que a gente possa cada vez mais gerar emprego, gerar renda para a nossa população.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Áudio - 43'17": (...) Programa do Leite, Serviço de Proteção Social, Abono Natalino, o único estado do Brasil que paga o abono natalino. Mais de 506 mil pessoas. Aqui, a casa da Cidadania atendeu a mais de 35 mil pessoas.

SEGURANÇA PÚBLICA

Áudio - 43'34": (...) Segurança Pública. É importante os investimentos na segurança. Nós sabemos e lembramos como era anteriormente a segurança pública. Esses números são muito importantes (...) aquisição de coletes (...) material de combate para exatamente oferecer aos homens e mulheres que compõem a Polícia Militar, a Polícia Civil, possam exercer em condições mínimas, a sua função que é proteger toda a sociedade (...) até 46'35".

Corroborando, matéria publicada pelo portal do governo da Paraíba¹⁵ noticia que coube ao secretário de Estado de Infraestrutura, Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia, o Sr. JOÃO AZEVEDO, *“a prestação de contas na plenária, com destaque para as prioridades elencadas no ciclo anterior (educação, saúde e infraestrutura). João Azevedo disse que 'a Paraíba teve um crescimento de 551% de investimentos na educação na gestão do governador Ricardo Coutinho (...). Na saúde, o secretário apresentou os investimentos que somam mais de R\$ 220,5 milhões em custeio para os hospitais (...).”* Também destacou as realizações relacionadas diretamente à secretaria da qual é titular.

Já no evento promovido em Sousa/PB, no dia 02.02.2018, a mensagem de se tentar manter as realizações e a continuidade do projeto implantado e em execução pelo governo do Estado, bem como de se obter o apoio do eleitorado em torno de um nome para a sucessão do atual governo, ficou mais evidente e, da mesma forma como aconteceu no Orçamento Democrático, etapa Itaporanga/PB, coube ao secretário de Estado JOÃO AZEVEDO falar sobre as realizações do governo ao longo de sua gestão, mesmo presentes secretários de outras pastas, como do secretário de Estado da Educação¹⁶,

Seguem trechos do discurso do governador Ricardo Coutinho¹⁷:

Áudio¹⁸ - 04'53": (...) No próximo ano, talvez eu esteja aqui com um companheiro que dá satisfação e alegria de poder presenciar uma plenária

15 Arquivo: “Governo da Paraíba_ - http://paraiba.pb.gov.br_ode-2018”

16 Arquivo: SEIRHMACTPB-2-Facebook

17 Arquivos: ODESousa1 e ODESousa2

18 Arquivo: ODESousa1

do orçamento democrático. Com certeza o povo vai optar, vai escolher pela continuidade das grandes políticas que estão mudando o Estado da Paraíba e uma delas, se não a principal, é o direito do povo de poder se manifestar, dialogar, reivindicar, fiscalizar e cobrar ao governo do Estado da Paraíba.

Áudio¹⁹ - 18'41'': (...) Quero cumprimentar aquele que vai fazer a apresentação exatamente das coisas que aconteceram ao longo desses sete anos e ao longo do último ano, que é, na minha opinião, o melhor quadro da administração pública existente no Estado da Paraíba. Com ele eu aprendi muita coisa. Com ele eu confiei muito dentro desse governo. Confiei todo o setor de obra; toda a contratação do setor de obra. E olhe que estou falando em 9 bilhões de obra. Nove bilhões. E tudo aquilo que a gente põe a mão acontece. Não tem nada que seja dito que não acontece. Eu estou me referindo ao meu parceiro, secretário João Azevedo (aplausos)

Áudio²⁰ - 24'30'': (...) Não fui eu (...) não foi Ricardo pessoa, pessoa gente, que simplesmente fez 1.500km de adutoras, nem 2.480 km de estradas. Quem fez isso foi o projeto político que eu apenas represento. No meu lugar, se Deus quiser, teremos outra pessoa, com a mesma característica, com a mesma vontade, com a mesma dedicação, para garantir as [inaudível] do povo e trazer [inaudível].

Áudio²¹ - 43'30'': (...) só quem pode garantir o orçamento democrático para o futuro não sou eu. Só quem pode garantir é o povo. Vocês sabem qual é a fórmula. A fórmula é não permitir que aqueles que não apostam na participação popular tomem os espaços daqueles que construíram toda essa coisa maravilhosa, que fez história, que faz história, e se Deus quiser, (inaudível) para fazer as mudanças necessárias para o nosso estado.

Segue fala de JOÃO AZEVEDO apresentando as realizações do governo:

Áudio²² - 33'37'' João Azevedo inicia o seu discurso e fala até os 56'06''

EDUCAÇÃO

19 Arquivo: ODESousa1

20 Arquivo: ODESousa1

21 Arquivo: ODESousa2

22 Arquivo: ODESousa1

Áudio²³ - 35'43'': (...) No ano passado, as prioridades foram Educação, Saúde e Abastecimento e dentro, exatamente, dessas áreas, nós vamos fazer uma pequena viagem. Mostrar que na área da Educação o governo já investiu mais de [ininteligível] milhões de reais. (...) Obras concluídas, 58 escolas... (...) os 400 laboratórios construídos em 98 cidades (...) a valorização do magistério se faz exatamente em cima do que foi dito aqui. O salário que era de R\$ 920, passa agora, no fim do ano, para R\$ 3.076, dando um aumento de 232%. Isso é respeito (...) até 40'54''.

SAÚDE

Áudio²⁴ - 40'55'': (...) Na Saúde, mais de R\$ 252 milhões de custeio [ininteligível] esses últimos 7 anos aqui no Hospital Regional de Sousa. Taí os números: mais de mil partos, 1.300 cirurgias, 152 mil atendimentos. Construção do Centro de Reabilitação de Sousa, que hoje está em andamento (...) Em 2018, além dos 10 hospitais que já foram entregues no estado, nós vamos entregar mais 14, e o Estado da Paraíba vai passar a contar com 37 hospitais. A maior rede hospitalar proporcional do Brasil. Aonde outros estados fecham serviços, nós estamos abrindo serviços. (...) até 42'25''.

INFRAESTRUTURA

Áudio²⁵ - 42'26'': (...) Se você vai para a Infraestrutura, (...) mais de 9 (milhões) investidos em todas essas ações.. (...) 2 milhões na obra de recuperação do Canal da Redenção, que tem uma função importante para Sousa.

EMPREENDER

Áudio²⁶ - 48'09'': (...) Desenvolvimento econômico. Três [ininteligível] do projeto Empreender [ininteligível] (...) fazendo com que as pessoas que muitas vezes não tem acesso sequer a entrar em um banco para pedir um empréstimo [ininteligível] (...) É dessa forma que a Paraíba cresce [ininteligível]

23 Arquivo: ODESousa1

24 Arquivo: ODESousa1

25 Arquivo: ODESousa1

26 Arquivo: ODESousa1

DESENVOLVIMENTO HUMANO

Áudio²⁷ - 48'42'': (...) Abono natalino, produzido pela Secretaria de Desenvolvimento Humano (...) 15.721 famílias [ininteligível] Cartão alimentação, em 2017, aqui nessa região. (...) respeito, dignidade, é assim que se trata o povo. Hoje [ininteligível] 550 mil em créditos em 84 projetos do Empreender.

SEGURANÇA PÚBLICA

Áudio²⁸ - 49'48'': (...) Alguns falam aí sobre números e esquecem que na sua história, na sua trajetória, na sua passagem por esse Estado, não fizeram muita coisa. De 2003 a 2009, esse Estado passou de 17 para 34 no número de homicídios por cada 100 mil habitantes (...) foi exatamente nesse período que a violência começou a disparar no Estado da Paraíba. Quando nós chegamos no governo, o Estado estava em quase 45 homicídios em cada 100 mil. (...) E o Estado da Paraíba, em função da sua política de segurança, é o único estado que tem reduzido, a cada ano, esse índice, chegando hoje a 31.9. (...) até 53'07''.

Por fim, na etapa do Orçamento Democrático de Cajazeiras/PB, realizada em 03.02.2018, o desvio de finalidade no uso dos programas, bem como o uso da estrutura da administração pública também restou configurado. Segue fala do governador²⁹:

Áudio – 13'20'': (...) Eu quero abraçar o meu parceiro - pra mim é o melhor quadro político, é o melhor quadro administrativo que a Paraíba gerou...(...) trabalhou comigo desde a prefeitura, entende de Cachoeira dos Índios até Cabedelo, me ensinou muita coisa ao longo dessa caminhada, e é o [ininteligível (único?)] condutor de fato dessas centenas e centenas de obras de barreiros que estão por dentro da Paraíba, que é o companheiro João Azevedo (**João Azevedo aplaudido de pé**).

Áudio – 24'41'': (...) foi impossível fazer tudo o que era necessário, mas eu tenho consciência enorme de que o próximo ciclo de governo, aquele que irá me suceder, aquele que no dia 1º de janeiro estará assumindo o governo do estado, sendo na mesma direção, com a mesma ideia, o mesmo

27 Arquivo: ODESousa1

28 Arquivo: ODESousa1

29 Arquivo: ODECajazeiras

comportamento ético, o mesmo compromisso com o povo, vai pegar uma Paraíba bastante construída.

Áudio - 29'11": (...) vem muito mais coisa por aí (...) ainda anunciaremos investimentos importantes (...) a adutora, o IPC e a Ciretran. Essas três obras, o dinheiro está separado, está guardado (...) quando o próximo [inaudível - uma pessoa da plateia fala 'João Azevedo'] assumir, se Deus quiser, né... continua esse processo todo... quando ele assumir, vai ter o quê? (...) ter todas essas obras pagas, até a mais cara delas, como a adutora transparaíba curimataú, que vai levar as águas do São Francisco, que hoje chegam a Boqueirão

Áudio – 30'48": (...)a Paraíba está nos trilhos, como se diz. A Paraíba está dando exemplo ao Brasil, mas é preciso que a gente abra, abra a nossa consciência, reflita sobre isso e garanta a proteção de tudo isso. Vocês sabem, todo mundo sabe, como isso foi difícil de construir. Eu sei como foi difícil... eu sei como forças atacaram quem estava quebrando privilégios.

João Azevedo fala dos 32'40" aos 56'28" e, seguindo a mesma formatação, faz uma explanação sobre as obras realizadas pelo governo, mesmo presentes os secretários das pastas, como da Educação e do Empreender³⁰. Seguem trechos de seu discurso:

EDUCAÇÃO

Áudio - 35'12": (...) No ano passado, as três áreas que foram identificadas como prioritárias [foram] Educação, Infraestrutura e Estradas e Rodagens. Na educação, esse governo investiu, de 2011 a 2017, R\$ 1,21 bilhões. E como, obrigatoriamente, nós temos que fazer na nossa vida, em tudo o que a gente prepara, sempre uma comparação com outros momentos, em outros momentos na Paraíba, de 2003 a 2010, [ininteligível] ... isso dá uma diferença percentual de 2.551% . Esse é o tamanho do compromisso e da responsabilidade que esse governo tem com a Educação. Foram 58 escolas novas construídas, 243 obras estaduais, beneficiando 102 municípios, 107 escolas municipais, através do Pacto Social, seis escolas técnicas [ininteligível] e 6 ainda em construção, [quarenta e quatro] 400 laboratórios construídos, 98 ginásios construídos. Tudo isso associado exatamente ao

30 Arquivos: ODECajazeiras (2); ODECajazeiras (3); ODECajazeiras (4)

elemento mais importante da ação da Educação que é exatamente a valorização do magistério. Quando nós chegamos ao governo, o piso da categoria era R\$ 926,16. Em dezembro desse ano, [ininteligível] passará a ganhar R\$ 3.076,00. Isso significa 232% de aumento real, nesses 7 anos, 8 anos de governo. Mostra, mais uma vez, como fazemos, como se tem compromisso com a Educação. A Paraíba foi quem mais reduziu o analfabetismo nesse período de 2010 a 2015. Mais de 22%, enquanto que o Nordeste foi 15% e no Brasil 19%, a Paraíba conseguiu reduzir, 22, 32%. (...) até os 41'21”

INFRAESTRUTURA

Áudio - 41'22” : (...) Na Infraestrutura desse Estado, vocês conhecem muito bem o que foi o programa Caminhos da Paraíba....

SAÚDE

Áudio - 49'27” : (...) Na Saúde, R\$ 403 milhões investidos em 7 anos. Aqui no Hospital Regional de Cajazeiras e na UPA de Cajazeiras. R\$ 403 milhões. 107 mil atendimentos, 1.173 cirurgias e 1.761 partos realizados demonstra o número. Os investimentos que estão sendo feitos, R\$ 1 milhão na aquisição de equipamentos, um aparelho de ultrassonografia e um aparelho de Raio X digital que muda, a gente sabe, muda o processo, agiliza o processo [ininteligível] das pessoas que vão fazer esses exames. A saúde pública [ininteligível] ainda, agora em 2018, o governo do estado já entregou 10 hospitais. Entregará mais 4, totalizando 14 hospitais, fazendo com que a Paraíba tenha, proporcionalmente, a segunda maior rede hospitalar. Serão 37 hospitais (...) E nesses hospitais, que demandam um custeio, e com a entrega desses 4, que é o grande Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires, o Hospital do Câncer de Patos, Cacimba de Dentro e Picuí, nós vamos ter um custeio mensal de quase R\$ 80 milhões. Quase R\$ 80 milhões. E vocês têm uma ideia de quanto nós recebemos do SUS para bancar isso? R\$ 5 milhões. O Estado recebe 5 milhões de reais, porque às vésperas de assumir, o governador Ricardo Coutinho, três dias antes fizeram uma modificação e o dinheiro não faz parte do estado. Essa é uma daquelas heranças malditas que se recebe...(...) até os 51':27”

EMPREENDER

Áudio - 51'28": (...) O Programa Empreender, o que foi feito até agora? Investido na economia, na microeconomia, permitindo que [ininteligível] se fortaleçam com a economia na base para que essa pirâmide possa continuar acontecendo. Taí os investimentos, R\$ 979 mil de garantia safra, 535 mil [ininteligível] microempreendedores da região. (...) até 52':08"

SEGURANÇA PÚBLICA

Áudio - 52'09": (...) A Paraíba tem em Segurança Pública, um tema tão importante, a Paraíba tinha a terceira pior taxa de homicídios do país, que era em torno de 44,3 homicídios por cada 100 mil habitantes. Alguns que criticam hoje, e que passaram pelo governo, permitiram que a taxa saísse da reta de 17 a 34, e hoje há essa taxa, que era de 44,3, caiu para 38,9, mostrando que os últimos 6 anos no Estado teve uma reduzida significativa. (...) até 53'52"

Os autos demonstram, nesse sentido, que o ciclo 2018 do Orçamento Democrático está servindo para a promoção do Sr. JOÃO AZEVEDO, como sendo a pessoa indicada para a sucessão da atual administração pública estadual. Embora a mensagem não esteja expressa, não tenha sido verbalizada, o discurso promovido e a presença e participação do secretário, notório pré-candidato ao cargo de Governador e apoiado pelo atual chefe do Poder Executivo do Estado, evidenciam esse propósito.

A vinculação entre a pessoa mais indicada a suceder o atual governador, ponto destacado pelo próprio RICARDO COUTINHO em seus discursos acima citados, e a pessoa do atual secretário de Estado, JOÃO AZEVEDO, resta evidenciada, sendo suficiente o conteúdo veiculado pelas mensagens para a sua caracterização, vez que tem potencial para apresentar para o eleitorado um notório pré-candidato, apoiado pelo atual governo, apresentando as realizações do governo para a população.

A maciça presença dos gestores do Estado na entrega de materiais, na liberação de créditos, na autorização de obras e serviços e na divulgação de realizações já evidencia, por si só, a figura do gestor público, o que é natural. No entanto, o discurso mantido, passando a necessidade de continuidade administrativa e a promoção da imagem de determinado pré-candidato para todo o Estado da Paraíba, inequivocamente favorece o político aliado do governo que disputará as eleições, consubstanciando-se em evidente uso da

máquina pública de forma a desequilibrar as eleições.

Com efeito, uma ação dessas em pleno ano eleitoral atenta diretamente contra os princípios constitucionais da razoabilidade, da proporcionalidade, da moralidade administrativa e da impessoalidade (art. 5º, LV, e 37 da Constituição Federal), que devem nortear a Administração Pública em todas as suas esferas, sobretudo quando se sabe que o período eleitoral foi reduzido à metade (apenas 45 dias), dificultando a situação daqueles *players* que precisam enfrentar a disparidade de armas em relação aos candidatos que contam com o apoio da Administração.

Nesse contexto, a referida conduta dos requeridos possui evidente impacto político e eleitoral, favorecendo o candidato aliado do governo, gerando desequilíbrio na disputa eleitoral de 2018, razão pela qual, caso consumada, caracterizar-se-á como abuso de poder político e econômico, de enorme gravidade, nos termos do art. 14, § 9º, da Constituição Federal e do art. 22, XIV, da LC n.º 64/90, *verbis*:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

(...)

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994)

*Art. 22. Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, **relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias** e pedir abertura de investigação judicial para apurar **uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade**, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, **em benefício de candidato ou de partido político**, obedecido o seguinte rito:*

(...)

XIV – julgada procedente a representação, ainda que após a proclamação dos eleitos, o Tribunal declarará a inelegibilidade do representado e de quantos hajam contribuído para a prática do ato, cominando-lhes sanção de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos 8 (oito) anos subsequentes à eleição em que se verificou, além da cassação do registro ou diploma do candidato diretamente beneficiado pela interferência do poder econômico ou pelo desvio ou abuso do poder de autoridade ou dos meios de comunicação, determinando a remessa dos autos ao Ministério Público Eleitoral, para instauração de processo disciplinar, se for o caso, e de ação penal, ordenando quaisquer outras providências que a espécie comportar;

Ademais, as referidas circunstâncias quando conjugadas, quais sejam: **(a)** a promoção de eventos institucionais em pleno ano eleitoral **(como destacado, as atividades do governo, respeitando seus objetivos institucionais, não podem ser consideradas irregulares)**, **(b)** discursos sustentando a necessidade de continuidade administrativa, e **(c)** a presença de pretense pré-candidato apoiado pelo atual governador do Estado, **atuando ativamente na entrega de benefícios/materiais**³¹, em vez de se adotar uma forma impessoal de distribuição de recursos e bens públicos, e na apresentação das realizações do governo, revelam, além de uma possível caracterização de abuso de poder político e econômico (**art. 22, XIV, da LC n.º 64/90**), o uso promocional de programas e atividades institucionais, como o programa Empreender e o Orçamento Democrático, com a finalidade eleitoral de favorecer o então pré-candidato apoiado pelo atual governador, o que configura a conduta vedada prevista no **art. 73, I e IV, da Lei n.º 9.504/97, verbis:**

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;

31 Arquivos: ODECajazeiras (5); ODECajazeiras (4); ODECajazeiras (3); ODECajazeiras (7) e SES-Facebook

(...)

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público;

Por fim, cumpre observar que toda a programação do Orçamento Democrático 2018 foi antecipada para fevereiro, como já colocado, o que, coincidência ou não, favorece a presença massiva do então pré-candidato JOÃO AZEVEDO em todas as etapas do ciclo 2018 ainda como parte integrante do governo do Estado e, por conseguinte, a sua promoção perante o eleitorado.

Do exposto, tem-se que a realização do Orçamento Democrático, da entrega de benefícios diversos e a concessão de crédito de fomento ao empreendedorismo, em ano eleitoral, na formatação que ora se apresenta, com discursos destacando a necessidade de manter a continuidade das realizações promovidas pelo atual governo, ferirá fatalmente a normalidade, a legitimidade e a igualdade de oportunidade de candidatos nas eleições, impondo-se que o Poder Judiciário conceda tutela jurisdicional para inibir, preventivamente, os referidos ilícitos eleitorais, de natureza grave e com potencial de desequilibrar o pleito.

Importante frisar, mais uma vez, que não discute a legitimidade e a regularidade dos programas e das atividades promovidas pelo governo da Paraíba. O objeto da presente demanda está relacionado ao uso dos referidos programas e eventos para a promoção de notório pré-candidato.

II – DO CABIMENTO DA TUTELA INIBITÓRIA

A ação inibitória a fim de obstar, preventivamente, a prática de ilícitos eleitorais como o abuso de poder político e econômico e as condutas vedadas é plenamente cabível, haja vista que a concessão de *tutela inibitória* pelo Poder Judiciário é imanente ao Estado Democrático de Direito, e garantida pelo **artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988:**

Art. 5º (...)

*XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão **ou ameaça a direito;***

Nesse sentido, leciona Luiz Guilherme Marinoni que “*a tutela preventiva é imanente ao Estado de Direito e está garantida pelo artigo 5º, XXXV, da Constituição da República, razão pela qual é completamente desnecessária uma expressa previsão infraconstitucional para a propositura da ação inibitória. Aliás, nem poderia ser de outra forma.*”³²

De outro lado, densificando a tutela inibitória, o Código de Processo Civil assim dispõe:

*Art. 497. Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, **concederá a tutela específica ou determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.***

Parágrafo único. Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo.

Nessa linha de raciocínio, pode-se perceber que o Constituinte estabeleceu importante preceito, de modo a possibilitar ao Poder Judiciário a prevenção dos ilícitos que lhe são dados conhecimento.

Outrossim, em relação às condutas vedadas (uso da máquina pública) a concessão de tutela inibitória, para obstar e suspender sua prática, foi expressamente prevista no § 4º do art. 73 da Lei n.º 9.504/97, *verbis*:

Art. 73. (...)

*§ 4º O descumprimento do disposto neste artigo **acarretará a suspensão imediata da conduta vedada**, quando for o caso, e sujeitará os responsáveis a multa no valor de cinco a cem mil UFIR.*

Nessa esteira, vale colacionar precedentes do TRE/PR e do TRE/AM, *verbis*:

“(...) 1. A Justiça Eleitoral é competente para analisar e julgar a presente ação inibitória para impedir a continuidade de suposto ilícito.

32 MARINONI, Luiz Guilherme. *A Tutela Inibitória*. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 47.

(...)” (TRE-PR - PROCESSO n° 51616, Acórdão n° 46904 de 28/01/2014, Relator(a) EDSON LUIZ VIDAL PINTO, Publicação: DJ - Diário de justiça, Data 31/01/2014)

Ação Inibitória - Propaganda Partidária - Vinheta Ofensiva - Suspensão - Direito de Resposta. (...) III - Ação julgada procedente.” (TRE-AM - PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 122001, Acórdão n° 98/2001 de 23/10/2001, Relator(a) JAIZA MARIA PINTO FRAXE, Publicação: DOE - Diário Oficial do Estado do Amazonas, Data 09/11/2001)

Ademais, ressalte-se que nesta seara o Juiz Eleitoral pode adotar tutela inibitória até mesmo de ofício a fim evitar eventuais atos ilícitos, haja vista seu poder de polícia. Nesse sentido, já decidiu o TRE/GO, *verbis*:

“RECURSO ELEITORAL. Decisão proferida por juiz eleitoral, no exercício do poder de polícia. Determinação para retirada da propaganda eleitoral consistente na afixação de placas e pintura de muro/fachada externa do comitê eleitoral. Possibilidade de utilização da tutela inibitória para se evitar a repetição dos atos ilícitos. (...).” (TRE-GO - RECURSO ELEITORAL n° 3443, Acórdão n° 3443 de 29/09/2006, Relator(a) URBANO LEAL BERQUO NETO, Publicação: SESSAO - Publicado em Sessão, Data 29/09/2006)

Destarte, tem-se como plenamente cabível a concessão de tutela inibitória pelo Poder Judiciário a fim de que seja obstada a prática de conduta que, caso concretizada, configura-se como abuso de poder político e econômico (art. 22, XIV, da LC n.º 64/90), além de conduta vedada (art. 73, I e IV, da Lei n.º 9.504/97).

III – DA TUTELA DE URGÊNCIA LIMINAR

O art. 300 do CPC dispõe que “a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”; ou seja, os requisitos do *fumus boni juris* e do *periculum in mora*. De outro lado, o § 2º do referido dispositivo legal preceitua que “a tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.”

No presente caso, o *fumus boni juris* (probabilidade do direito) encontra-se evidenciado consoante a fundamentação de fato, devidamente corroborada pela

documentação que acompanha esta exordial, e de direito expostas nos tópicos anteriores, notadamente em face da violação à disposição expressa **nos arts. 5º, inciso LV, 14, § 9º, e 37, ambos da CF/88, no art. 73, incisos I e IV, da Lei n.º 9.504/97, e art. 22, caput, Lei Complementar n.º 64/90.**

De outro lado, o *periculum in mora* (perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo) encontra-se presente, haja vista que há urgente necessidade de se suspender as atividades mencionadas, impedindo que seja ocasionado ilícito irreparável à legitimidade e à normalidade das eleições, sobretudo quando as atividades estão sendo realizadas em ano eleitoral.

Com efeito, de nada adiantará a atuação superveniente da Justiça Eleitoral voltada para apenas sancionar os infratores da legislação eleitoral, cujas condutas poderão ocasionar impactos consideráveis no pleito de 2018, ferindo a normalidade e a legitimidade das eleições, e, assim, desequilibrando a disputa eleitoral.

Quanto à necessidade de se suspender a execução das atividades programadas, a medida se impõe porque o que se busca é evitar o desequilíbrio no pleito a partir do uso promocional de distribuição de bens e serviços, bem como do próprio uso da estrutura da Administração Pública Estadual em favor de determinado e notório pré-candidato, e não o discurso e a atividade político-partidária em si.

Lado outro, não é possível dissociar a irregularidade que se objetiva ver reconhecida e inibida dos eventos que estão programados e em execução, conforme exposto na presente petição, o que justifica o pedido ora apresentado.

Em suma, encontram-se presentes os requisitos do *fumus boni juris* e do *periculum in mora* para a concessão da medida liminar pleiteada, nos termos do § 2º do art. 300 do Código de Processo Civil.

IV – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, o Ministério Público Eleitoral requer:

1) a concessão de medida liminar (tutela inibitória de urgência), *inaudita altera pars*, para que seja determinado aos requeridos a suspensão imediata das próximas etapas do Orçamento Democrático 2018, incluindo o programa Empreender e a distribuição de benefícios e materiais diversos, até, pelo menos, o período de desincompatibilização previsto no art. 1º, II, “a”, 12, c/c art. 1º, III, ambos da LC n.º 64/90

(quando o Secretário deverá se afastar das suas funções a fim de viabilizar sua candidatura), sob pena responsabilização criminal (art. 347 do Código Eleitoral), cível e administrativa (art. 400, parágrafo único, do CPC);

1.1) Subsidiariamente, a suspensão da entrega de benefícios e materiais diversos e da concessão de créditos do programa Empreender durante o Orçamento Democrático 2018;

2) a citação dos requeridos para, querendo, responder aos termos da presente ação no prazo legal, adotando-se o rito previsto no **art. 22 da LC n.º 64/90**; e

3) a determinação aos requeridos, em sede de sentença, a não efetuarem as próximas etapas do Orçamento Democrático 2018, incluindo o programa Empreender e a distribuição de benefícios e materiais, na forma como requerido no item 1, ou, subsidiariamente, a não efetuarem a entrega de benefícios e materiais diversos e a concessão de créditos do programa Empreender durante o Orçamento Democrático 2018, na forma como requerido no item 1.1, sob pena de responsabilização criminal (art. 347 do Código Eleitoral), cível e administrativa, confirmando-se integralmente a medida liminar.

Para provar o alegado, requer a juntada dos documentos anexos, incluindo os vídeos e áudios dos eventos e das atividades.

João Pessoa/PB, 21 de fevereiro de 2018.

Victor Carvalho Veggi
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL